

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.665.295 - SC (2020/0037184-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
**ADVOGADOS : MILTON LUIZ CLEVE KUSTER E OUTRO(S) - SC017605A**  
**MARCIO ALEXANDRE CAVENAGUE - SC027507**  
**VINICIUS VARGAS CAMACHO - SC040809**  
**AGRAVANTE : JEFFERSON BEVILACQUA**  
**ADVOGADOS : PAULO FRETTE MOREIRA - SC019086**  
**LUCIANO CHEDE - SC019002**  
**ENIO FRANCISCO DEMOLY NETO - SC029472**  
**RODRIGO DOS SANTOS CESAR - SC027030**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, contra decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fls. 535-536, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE PROCEDIMENTO MÉDICO NECESSÁRIO PARA O TRATAMENTO DE CÂNCER NA TIREÓIDE, EM VISTA DO MATERIAL A SER UTILIZADO, BEM COMO DO TRATAMENTO PÓS-OPERATÓRIO. AUTOR QUE PAGOU A CIRURGIA POR CONTA PRÓPRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DE AMBAS AS PARTES. INSURGÊNCIA DA RÉ. ALEGAÇÃO DE QUE A NEGATIVA É LEGÍTIMA POR FALTA DE PREVISÃO NO CONTRATO E POR INOBSERVÂNCIA DE REGRAS DA ANS. TESE AFASTADA. DISPOSIÇÕES QUE DEVEM SER INTERPRETADAS DA FORMA MAIS BENÉFICA AO CONSUMIDOR. EXEGESE DO ARTIGO 47 DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA. MÉTODO CIRÚRGICO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS QUE DEVEM SER AFERIDOS PELO MÉDICO RESPONSÁVEL. RESSARCIMENTO PELAS DESPESAS SUPOSTAS PELO AUTOR DEVIDO. DECISÃO MANTIDA NO PONTO. DANO MORAL. PLEITO DE AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO POR AUSÊNCIA DE CONDUTA ILÍCITA E DE PROVAS DO SOFRIMENTO SUPOSTO PELO BENEFICIÁRIO. ACOLHIMENTO. CARÊNCIA PROBATÓRIA DE QUE A NEGATIVA AGRAVOU SEU ESTADO DE SAÚDE. PROCEDIMENTO CUSTEADO PELO AUTOR E TRATAMENTO PÓS-CIRÚRGICO DEFERIDO EM TUTELA DE URGÊNCIA NO CURSO DO PROCESSO. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE. SENTENÇA REFORMADA NO PONTO. READEQUAÇÃO DO ÔNUS

SUCUMBENCIAL. MULTA APLICADA NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO AFASTADA. EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE CARÁTER PROTELATÓRIO E DE MÁ-FÉ PROCESSUAL. APELO DO AUTOR. PREJUDICIALIDADE QUANTO À PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO POR DANOS MORAIS. PEDIDO PARA AUMENTO DA VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL. INVIABILIDADE DE ACOLHIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 85, §2º, CPC/2015. O RECURSO DA RÉ CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. INCONFORMISMO DO AUTOR CONHECIDO EM PARTE E, NESTA, DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial (fls. 704-725, e-STJ), aponta a insurgente a existência de dissídio jurisprudencial no tocante à interpretação conferida ao artigo 10, alínea "V", da Lei 9.656/98.

Sustenta, em síntese: **a)** validade das cláusulas contratuais que estabelecem a cobertura e os procedimentos garantidos pelo plano de saúde; **b)** inexistência de dano moral.

Contrarrazões às fls. 745-763, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 765-767, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 769-779, e-STJ), em que a recorrente impugna a decisão agravada.

Contraminuta às fls. 782-790, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

**1.** A insurgente aponta a existência de dissídio jurisprudencial no tocante à interpretação conferida ao artigo 10, alínea "V", da Lei 9.656/98, sustentando a validade das cláusulas contratuais que estabelecem a cobertura e os procedimentos garantidos pelo plano de saúde.

No ponto, verifica-se que a insurgente limitou-se a reproduzir ementa e indicar julgado, sem realizar o necessário cotejo analítico exigido para a admissão do apelo extremo pela alínea "c" do permissivo constitucional, bem como não apresentando o dissídio jurisprudencial nos termos dos artigos 1.029 do NCPC e 255 do RISTJ.

Esta Corte firmou entendimento no sentido de que não pode ser conhecido o recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional quando o recorrente não realiza o necessário cotejo analítico, bem como não apresenta, adequadamente, o dissídio jurisprudencial. Apesar da transcrição de ementa, não foram demonstradas as circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. NÃO INCIDÊNCIA DO CDC. PRECEDENTES. DEFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. HONORÁRIOS. REDUÇÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. (...) **4. A demonstração da divergência não se satisfaz**

com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 895.899/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 23/08/2016) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. AGENCIAMENTO ESPORTIVO. 1. COMPROVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA AGENCIADORA NA NEGOCIAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. COMISSÃO DEVIDA. ALTERAÇÃO. SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. [...] 2. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, nos termos do art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos arestos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas sem o necessário cotejo analítico, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações. 3. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1288427/PE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA RURAL. REQUISITOS. VERIFICAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. SÚMULA 83 DESTA CORTE. ALEGAÇÃO DE DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. FALTA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL E DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO DESPROVIDO. [...] 4. O apelo nobre interposto com fundamento na existência de dissídio pretoriano deve observar o que dispõem os arts. 541, parágrafo único, do CPC/1973 (art. 1.029, § 1º, do CPC/2015) e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Na hipótese, contudo, a parte recorrente deixou de mencionar as circunstâncias que identificam ou assemelham os acórdãos confrontados, de modo que não ficou evidenciada a sugerida divergência pretoriana. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1080456/GO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 23/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REAJUSTE DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. 1. AUSÊNCIA DE OBSERVÂNCIA DO ART. 41 DO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PETROS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO, APESAR DA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. SÚMULA 211 DO

STJ. 2. REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. 3. TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. DISSÍDIO INTERPRETATIVO NÃO CONFIGURADO. 4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 3. **A simples transcrição de ementas não configura o dissídio interpretativo.** 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 826.880/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 30/06/2016)

Com efeito, para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos 1.029 do NCPC e 255 do RISTJ

Desse modo, incide, de forma analógica, o enunciado 284 da Súmula do STF.

Ademais, cabe ressaltar que o paradigma apresentado com origem no mesmo Tribunal, como na hipótese, não permite a análise do recurso especial pela alínea *c* do permissivo constitucional, por incidir o óbice da Súmula 13/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. CÁLCULO DO VALOR DEVIDO. VIOLAÇÃO AO ART. 475-G DO CPC/73. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRADO. SÚMULAS 7 E 13 DO STJ. 1. A Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, afastou a presunção relativa de veracidade decorrente do art. 359 do CPC/73 em sede de liquidação de sentença, concluindo pela correção dos cálculos do perito. Desse modo, rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal, ante o óbice da Súmula 7-STJ. 2. A ausência de cotejo analítico impede o conhecimento do alegado dissídio jurisprudencial. **3. Em relação ao julgado paradigma do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalta-se que a divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial (Súmula 13/STJ).** 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 657.683/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03.05.2016, DJe 06.05.2016) [grifou-se]

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. INSURGÊNCIA CONTRA NEGATIVA DE PRODUÇÃO DE PROVA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIOS JURISPRUDENCIAIS COM BASE EM ACÓRDÃOS PARADIGMAS E SÚMULAS. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO, INCIDÊNCIA DA SÚMULA 13 DO STJ E NÃO CABIMENTO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM BASE EM SÚMULAS. (...) 3. Quanto ao dissídio jurisprudencial com base em acórdãos paradigmas, observa-se que, para a análise da admissibilidade do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, torna-se imprescindível a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, a fim de demonstrar a divergência

jurisprudencial existente, o que não ocorreu no caso em apreço. **4. Em relação ao dissídio jurisprudencial suscitado com base em acórdãos paradigmas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, não pode ser conhecido o recurso especial, uma vez que aplicável o disposto na Súmula 13 desta Corte, segundo a qual "a divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial".** (...) 6. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento. (EDcl no AREsp n. 467.619/RJ, Relator o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/4/2014, DJe 5/5/2014).

2. Sustenta, ainda, a insurgente a inexistência de dano moral e aponta, quanto à questão, a existência de dissídio jurisprudencial.

Ocorre que o Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, deu parcial provimento à apelação da ora recorrente para afastar a condenação por danos morais, consoante se depreende do seguinte trecho do aresto recorrido (fls. 545-546, e-STJ):

Diante do exposto, apesar de reprovável a conduta da apelante, não restou suficientemente demonstrado nos autos que a situação vivenciada pelo apelado gerou abalo anímico maior que mero incômodo ou perturbação, tendo em vista que tal recusa não implicou em maiores danos à saúde dele. Dessa forma, faz-se necessária a reforma da sentença para afastar a condenação da apelante ao pagamento de indenização por danos morais.

Verifica-se, assim, que não há interesse recursal, consubstanciado no binômio necessidade-utilidade, em sustentar a referida tese.

A propósito, citam-se precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. JUROS EFETIVOS. ANATOCISMO. SÚMULA 283/STF. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. 1. (...). **2. Por conseguinte, diante da ausência de qualquer proveito, consubstanciado no binômio necessidade-utilidade, no tocante às alegações feitas pela CEF, no recurso especial, a hipótese é de absoluta falta de interesse recursal, em virtude da inutilidade da irresignação.** 3. Agravo interno não conhecido. (AgInt no REsp 1.725.484/PE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05.06.2018, DJe 15.06.2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. APELAÇÃO PROVIDA PARA EXTINGUIR O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. INTERESSE RECURSAL. CARÊNCIA. NEGADO PROVIMENTO. 1. **O interesse em recorrer consubstancia-se no trinômio adequação-necessidade-utilidade, ou seja, adequação da via processual escolhida quanto à tutela jurisdicional que se pretende, a necessidade do bem da vida buscado e a utilidade da providência judicial pleiteada.** 2. **Falta à agravante interesse recursal, na medida em que o Tribunal de origem acolheu a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, dando provimento à apelação da ora agravante para**

**extinguir o feito sem resolução do mérito.** 3. Agravo interno ao qual se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.116.112/RJ, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES - Desembargador Convocado do TRF 5ª Região - QUARTA TURMA, julgado em 20.02.2018, DJe 27.02.2018) [grifou-se]

3. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial de **UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** e, com fulcro no artigo 85, § 11, NCPC, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados na origem em favor da parte ora agravada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator